



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

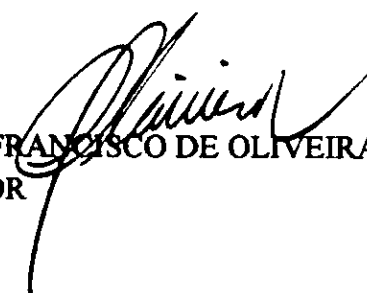
PROCESSO Nº : 10855.000190/91-23  
RECURSO Nº : 10.291  
MATÉRIA : FINSOCIAL/IR - Exs. 1986 a 1988  
RECORRENTE : DRJ/CAMPINAS - SP  
RECORRIDA : COLÉGIO SALESIANO SÃO JOSÉ  
SESSÃO DE : 17 de Abril de 1997  
ACÓRDÃO Nº : 107-04.071

FINSOCIAL/IR - RECURSO DE OFÍCIO - LIMITE DE ALÇADA. Não se toma conhecimento de recurso de ofício cujo crédito tributário total exonerado situa-se abaixo do limite de alçada estabelecido pelo artigo 34, inciso I, do Decreto 70.235/72 (art. 1º da Lei nº 8.748/93), que é de 150.000 UFIR.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por DRJ/CAMPINAS-SP.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ  
PRESIDENTE

  
JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA  
RELATOR

FORMALIZADO EM:

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NATANAEL MARTINS, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUILMARÃES, PAULO ROBERTO CORTEZ, CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES e RUBENS MACHADO DA SILVA (SUPLENTE CONVOCADO). Ausente, Justificadamente, o Conselheiro MAURILIO LEOPOLDO SCHMITT.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº : 10855.000190/91-23  
ACÓRDÃO Nº : 107-04.071  
RECURSO Nº : 10.291  
RECORRENTE : DRJ/CAMPINAS - SP

**RELATÓRIO**

Recorre a este Colegiado, nos termos do disposto no artigo 34, inciso I, do Decreto nº 70.235/72, o Sr. Delegado Substituto da Receita Federal de Julgamento em Campinas - SP, por ter exonerado a recorrida do pagamento do crédito tributário exigido através do auto de infração de fl. 05, referente ao FINSOCIAL/IR de que trata o DL 1.940/82, lavrado como decorrência do lançamento referente ao IRPJ constante do processo nº 10855.000188/91-81.

Os fundamentos decisórios encontram-se às fls. 111/112, pelos quais a ação fiscal foi julgada improcedente.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº : 10855.000190/91-23  
ACÓRDÃO Nº : 107-04.071

**VOTO**

**CONSELHEIRO JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA - RELATOR**

O recurso é desnecessário, pois o valor do crédito tributário exonerado situa-se aquém do limite global fixado através do artigo 34, inciso I, do Decreto nº 70.235/72 (com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.748/93) que foi fixado em 150.000 UFIR.

No caso vertente, com efeito, verifica-se na folha "RESUMO-IRPJ" (fl. 170) anexa à decisão constante do processo principal, após feitas as devidas conversões de BTN e OTN para quantidades de UFIR, que o crédito fiscal objeto da exoneração em primeira instância, importou em 64.790,48 UFIR, que somado aos dos demais processos, totaliza, aproximadamente, 99.701,24 UFIR, portanto, bem abaixo do limite legal acima citado.

Assim sendo, inexistente o objeto do recurso de ofício, pelo que deixo de tomar conhecimento do mesmo.

Sala das Sessões - DF, em 17 de abril de 1997

JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA - RELATOR



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº : 10855.000190/91-23  
ACÓRDÃO Nº : 107-04.071

**INTIMAÇÃO**

Fica o Senhor Procurador da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho de Contribuintes, intimado da decisão consubstanciada no Acórdão supra, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 40, do Regimento Interno, com a redação dada pelo artigo 3º da Portaria Ministerial nº. 260, de 24/10/95 (D.O.U. de 30/10/95).

Brasília-DF, em

  
MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ  
PRESIDENTE

Ciente em

  
LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES  
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL